

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

A Administração da Cristal Pigmentos do Brasil S.A. (a "Companhia") submete à apreciação de V. Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras acompanhadas de Parecer dos Auditores Independentes referentes ao Exercício Social de 2015.

Desempenho da Companhia

De forma geral o mercado doméstico apresentou forte retração da demanda por Dióxido de Titânio - uma queda estimada em dois dígitos - impactada pelas fortes reduções na produção de veículos, dos eletrodomésticos da linha branca e nas atividades da construção civil entre outros, principais mercados tradicionais para os produtores de Tintas, nossos clientes. Por outro lado, o encerramento do volume definido em quota de importação, com o respectivo imposto reduzido de 12% para 2%, somado à forte instabilidade, falta de previsibilidade e desvalorização cambial, contribuíram para uma acentuada redução dos volumes de importação de pigmento, o que favoreceu o produtor local. Este cenário de retração na importação, somado ao crescimento da nossa exportação, principalmente para a Argentina, e a venda local de produto importado (com alíquota de importação reduzida para 2%) contribuíram para um crescimento das vendas totais apesar da situação desfavorável do mercado. Com relação ao preço em dólar do pigmento, a tendência de queda do ano permaneceu inalterada durante o quarto trimestre. Entretanto, os preços em reais apresentaram viés de alta, sendo impactados positivamente pela desvalorização cambial.

Mineração

Quanto aos minérios gerados na Paraíba, a venda em volume foi reduzida em 46,14% no ano de 2015 quando comparada à do respectivo ano anterior. As exportações cresceram 5,98% e 23,83% das vendas totais realizadas nos períodos 2015 e 2014, respectivamente. O principal motivo para a redução de volume total foi a forte queda na demanda dos principais produtos, Ilmenita, Zircônia e Rutílio - dentre estes, o produto que teve maior impacto de redução foi a Ilmenita com vendas 49,3% menor quando comparada com o ano anterior. No caso da Zircônia e Rutílio, o principal motivo para o fraco desempenho foi a queda acentuada da demanda devido à situação econômica do país. No entanto, observa-se ainda um forte aumento da concorrência e oferta de produtos acabados importados da Europa, o que desloca as vendas de nossos clientes, assim como queda destes na participação no mercado. Já o comportamento das vendas de Rutílio reflete basicamente a queda na produção de eletrodos de solda, utilizados na fabricação de máquinas e equipamentos, assim como na manutenção dos mesmos. Com relação à Ilmenita, a principal redução no volume de vendas ocorreu na exportação e, em menor monta, na transferência para a nossa operação de produção de pigmentos na Bahia - neste caso, baixa demanda e dificuldades de transporte foram as principais razões. Quanto ao comportamento dos preços, a Zircônia manteve seu preço estável em Dólares Americanos nos primeiros três trimestres do ano e uma pequena redução no último trimestre, a Ilmenita apresentou uma redução de preço 11,02% em Dólares Americanos no ano. E, finalmente, o Rutílio, que tem sofrido com a erosão de preços, reflexo da redução nos preços do produto no mercado internacional. Quanto ao preço médio de venda global, quando comparado com o mesmo período em 2014, obtivemos um aumento em Reais devido à apreciação do Dólar em relação ao Real. Quanto ao comportamento dos mercados em geral, temos notado uma enorme instabilidade - os clientes ao evitar o aumento de estoques e comprometimento do capital de giro vêm gerando os embarques semana a semana. Em resumo, a Cristal vem aumentando seus estoques devido à redução atípica na demanda, enquanto mantém a produção ao ritmo histórico.

Prestação de Outros Serviços pelos Auditores Independentes

A política de contratação de serviços junto aos auditores independentes da Companhia não se confita ou se relaciona com os serviços específicos de auditoria externa, os quais preservam sua independência, em observância aos princípios de auditoria internacionalmente aceitos.

Os serviços contratados junto aos auditores independentes em 2015, que não se enquadram como relacionados à auditoria externa, referem-se a revisões tributárias e representaram cerca de 90% dos honorários totais de trabalhos relacionados à auditoria externa.

Na contratação desses serviços, as políticas adotadas pela Companhia se fundamentam nos princípios que preservam a independência do auditor. Esses princípios consistem, de acordo com os padrões internacionalmente aceitos, em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer função de gerência no seu cliente; e (c) o auditor não deve representar legalmente os interesses de seus clientes.

A EY declarou que a prestação dos serviços foi feita em estrita observância das normas contábeis que tratam da independência dos auditores independentes em trabalhos de auditoria e não representaram situação que poderiam afetar a independência e a objetividade do desempenho dos serviços de auditoria externa pela Ernst & Young.

Resultado do Exercício

A receita líquida em 2015 da Controladora aumentou 17,97% (8,41% consolidado) em relação à receita líquida do exercício anterior devido principalmente ao aumento de 14,5% no preço médio de venda por tonelada em moeda local do pigmento, impulsionado pela desvalorização do real. Os preços do pigmento em Dólar norte-americano sofreram uma diminuição da ordem de 19,1% quando comparado ao exercício anterior. No setor de mineração o preço médio da Zircônia aumentou aproximadamente 38% quando comparado ao preço médio do ano de 2014, em moeda local. Adicionalmente, a Companhia obteve um aumento no volume de vendas de Dióxido de Titânio de 4,9%. Em relação à Zircônia, obtivemos uma redução de 34,5% no volume de vendas, quando comparado com o do ano de 2014.

Os custos de produção por tonelada de pigmento, em moeda corrente, foram 5,16% superiores aos do exercício anterior. Isso se deve ao nível de produção do período, que foi 5,19% menor quando comparado ao exercício anterior e ao aumento dos custos das matérias-primas cotadas em moeda norte-americana, devido à desvalorização do Real.

Em 2001, o Governo do Estado da Bahia instituiu o Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia - DESENVOLVE, Lei nº 7.980, através do qual a Companhia recebeu incentivo de dilatação do prazo de até 72 meses para pagamento do ICMS, o que exceder o montante de R\$ 885, gerado em razão de novos investimentos, com prazo de 12 anos para fruição do benefício. No ano de 2015, as parcelas dilatas foram pagas antecipadamente e o respectivo desconto, no montante de R\$ 3.694, foi registrado como conta redutora da respectiva despesa de ICMS no resultado do exercício. Houve antecipações no montante de R\$ 892 no exercício de 2015.

A Companhia possui ainda, fundamentada no Laudo Constitutivo nº. 0062/2008 de 20 de maio de 2008, da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, o direito à redução de imposto de renda sobre o lucro da exploração oriundo da fabricação de Dióxido de Titânio, considerando uma capacidade instalada de 70.000 t/ano. O prazo deste incentivo é de 10 anos, vigente até o ano calendário de 2017. O benefício foi concedido levando em consideração a modernização da planta da Companhia.

A Controladora constituiu imposto diferido ativo no montante de R\$ 8.776 em 31 de Dezembro de 2015, considerando as atuais previsões de expectativa de realização futura sobre créditos fiscais.

Em virtude do exposto nos parágrafos acima, o resultado da Companhia em 2015 foi um prejuízo de R\$ 20.908 mil.

Distribuição de Resultados

Em Dezembro de 2015 a Companhia possui um saldo de dividendos a pagar referente ao exercício de 2013 no valor de R\$ 5.672.

Investimentos

Os investimentos no imobilizado em 2015 somaram R\$ 21.626 mil na Controladora (2014, R\$ 22.411 mil) e R\$ 23.285 mil no consolidado (2014, R\$ 25.018), concentrando-se principalmente em investimentos na Bahia, focando as áreas de meio ambiente, segurança, confiabilidade, automação e eficiência do processo, resultando no aumento da produtividade da unidade.

Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos em 31 de Dezembro de 2015 montam R\$ 77.572 mil e R\$ 89.567 mil, Controladora e consolidado, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2014 era da ordem de R\$ 39.499 mil e R\$ 40.212, Controladora e consolidado, respectivamente.

Recursos Humanos

O quadro de empregados da Controladora conta com 380 empregados diretos (408 no ano de 2014) incluindo os empregados da área Comercial lotados no Escritório de Vendas em São Paulo. No consolidado a Companhia totalizou em 2015, 538 empregados diretos (562 no ano de 2014). Adicionalmente a companhia apresenta baixos índices de "turnover" no seu quadro de empregados, em 2015 no consolidado este índice foi de 0,70% (0,60% em 2014).

Preocupada no acompanhamento das tendências e garantia da efetividade nas ações relativas à remuneração de seus profissionais, a Cristal participa de diversos grupos técnicos de pesquisa, situando suas práticas na mediana dos mercados onde atua. A empresa oferece ainda benefícios alinhados com as principais práticas de mercado, tais como: Participação nos Lucros, Previdência Privada, Auxílio Educação, Assistência Médica, Assistência Odontológica, Programa Qualidade de Vida, dentre outros.

Em 2015 os treinamentos priorizaram o atendimento das questões relativas à gestão de segurança e ambiental, além da otimização da capacidade técnica e atendimento da necessidade de atualização frente às frequentes alterações de legislação fiscal. No quesito relativo à gestão de segurança e meio ambiente, foram investidas 1.156 horas de treinamento, com especial destaque para o processo de formação de auditores internos do Programa Atuação Responsável da ABIQUIM - Associação Brasileira da Indústria Química e reciclagem da equipe de resposta à emergência nas áreas e combate a incêndio, primeiro socorros e resgate técnico vertical.

Na capacitação técnica foram direcionadas 1.154 horas de treinamento, onde se destacaram os seminários internos de engenharia que trabalharam temas ligados à produtividade, inovação e gestão de energias.

O case "Programa Novo Tempo" da Cristal Mineração foi um dos finalistas ao Prêmio Ser Humano, da Associação Brasileira de Recursos Humanos - Paraíba (ABRH-PB). O prêmio surgiu para valorizar e destacar as melhores práticas de desenvolvimento dentro e fora das Organizações e para estimular pensamentos criadores de modo a identificar talentos que apresentem contribuições efetivas para o desenvolvimento das pessoas.

No campo da formação profissional, em 2015 a Cristal Mineração ofereceu curso de Técnico em Administração aos seus

empregados, concluído no mês de Novembro. Esta foi a segunda turma do programa, que em 2012 já havia oferecido o curso de Técnico em Eletromecânica. No total, foram beneficiados 50 empregados.

Também no quesito Desenvolvimento de Pessoas, foi realizado treinamento voltado para resgate, envolvendo 35 membros da Brigada de Emergência da mina. No treinamento fora da sala de aula e com dinâmicas em cenários diferenciados, foi possível avaliar o comportamento do grupo e individual, observando principalmente competências como visão estratégica, atitude positiva, engajamento, comprometimento, conhecimento técnico, pró-atividade, gestão de conflito e outras características necessárias aos brigadistas.

Balanco Social 2015

No relacionamento com as comunidades, a Cristal desenvolve, desde Março de 2013, o Projeto Melhor Idade na localidade de Areias. O projeto foi elaborado para abranger toda a população acima de 40 anos da localidade, mas a aderência tem sido unicamente do público feminino, incluindo aquelas que estão fora da faixa etária inicialmente proposta, totalizando 62 mulheres, entre 24 e 78 anos, as quais iniciaram no projeto buscando perda de peso, mais saúde, tratamento e controle de doenças crônicas, melhora da funcionalidade nas atividades da vida diária, socialização, entre outros. São realizados treinos com acompanhamento de profissionais de Educação Física, incluindo, entre outras atividades, exercícios de alongamento, fortalecimento muscular e caminhadas. Periodicamente são aferidas a circunferência da cintura e a pressão arterial das participantes, com o objetivo de acompanhar a evolução das mesmas. Em 2015, o projeto contou também com palestras de nutricionista, médica, fisioterapeuta e educadores físicos. Entre resultados estão perda de peso corporal, diminuição da dosagem de medicamento para pressão arterial, bem como redução de queixas de dores articulares e adoção de um estilo de vida mais saudável.

Há oito anos o Clube de Leitura da Cristal contribui para o despertar da leitura entre crianças e adolescentes das comunidades de Areias, Jauá e Arembepe. Em 2015 o Clube registrou um total de 13.704 presenças em 314 encontros. Adicionalmente, atividades extras realizadas dentro de instituições de ensino parceiras somaram outros 924 alunos atendidos. O Clube de Leitura da Cristal atua em três vertentes: a) nas atividades de leitura desenvolvidas nas sedes do Clube; b) atividades nas escolas públicas com as quais tem parceria; c) na formação de professores. Conta com uma programação diversificada, incluindo sessões de contação de histórias e atividades culturais e de letramento (exibição de filmes, música, leitura livre, oficinas de escrita, desenho e pintura, apresentação de peça teatral, entre outras). Da mesma forma que acontece desde o início das atividades do Clube, em 2015 os alunos foram provocados a pensar nas questões ambientais através de atividades desenvolvidas juntamente com o monitor do Clube.

A Cristal acredita fortemente na força do esporte para melhorar a qualidade de vida das pessoas, contribuindo para todo o ambiente social. Em 2015 a empresa estimulou, apoiou ou patrocinou iniciativas de esporte nas comunidades através das aulas de Capoeira (em parceria com a Associação Abolição Capoeira, das quais participam 710 alunos de Areias, Arembepe e Abrantes) e Hapkido (em parceria com a Federação Baiana de Hapkido, atendendo 175 crianças das comunidades de Areias, Arembepe e Jauá, além de filhos de funcionários do Condomínio Parque de Interlagos).

Criado pela Cristal com o objetivo de apoiar pescadores localizados na Estrada do Coco a aumentarem a produtividade, o Projeto Amigo Pescador realizou em 2015 ações voltadas para as colônias Z-57 (sede em Buraquinho) e Z-14 (sede em Arembepe), apoiando na melhoria de infraestrutura (manutenção em motor de uma embarcação) e na realização de eventos culturais realizadas pelos pescadores de Buraquinho, Busca Vida e Jauá.

Atenção especial também é dada aos programas de comunicação com as comunidades vizinhas à fábrica baiana, através de reuniões e participação em conselhos comunitários, além do programa de visitação Portas Abertas, do website cristal-al.com.br e da linha gratuita 0800 284 9114.

Em 2015, o Programa Portas Abertas levou à fábrica 335 visitantes da Região Metropolitana de Salvador e mesmo de outros estados. Foram 20 visitas no ano, quando os visitantes tiveram a oportunidade de conhecer de perto a atuação da Cristal nas áreas ambiental, social e de processo industrial. Todas essas iniciativas em parceria com a comunidade realizadas na Bahia estão em conformidade com as condicionantes da licença de operação da fábrica.

A seguir estão relacionados os principais projetos realizados pela subsidiária Cristal Mineração do Brasil Ltda., na Paraíba. Em Julho de 2015 ocorreu auditoria de upgrade na ABNT NBR 16001, migrando da versão 2004 para 2012, ficando a mesma mais aderente à ISO 26000 - Norma para Gestão em Responsabilidade Social. Em Agosto de 2015, houve a auditoria de recertificação nos sistemas de gestão ISO 9001 versão 2008, ISO 14001 versão 2004 e na OHSAS 18001 versão 2007.

Foi realizada a segunda edição do Projeto Agente de Segurança Mirim, criado em 2014 com o objetivo de criar um círculo virtuoso em relação à segurança dentro e fora do local de trabalho: filhos dos empregados são inseridos na cultura da segurança, levam esses novos hábitos para dentro do convívio familiar e reforçam a consciência dos pais para manterem um comportamento seguro em casa e no trabalho. Em 2015, um total de 40 crianças entre 6 a 12 anos aceitaram o convite para passar um dia inteiro na mina sob a supervisão de um grupo de voluntários, participando de atividades práticas educativas e recreativas que mostravam como e porquê devemos adotar um comportamento seguro nos mínimos detalhes da nossa vida.

O Programa Portas Abertas também acontece na mina, com o objetivo de estabelecer um relacionamento transparente com empregados, familiares e comunidades, além de estudantes, professores e profissionais interessados em conhecer as práticas da empresa. Na mina, o programa de visitação teve início em 1995 e já envolveu mais de 6.878 pessoas (218 em 2015). Há também o Programa de Educação Ambiental, realizado na Base de Pesquisas Ambientais da mina, onde alunos e professores recebem informações sobre preservação do meio ambiente, conhecem de perto a fauna e flora local e percorrem trilhas ecológicas. Desde 1996, quando o programa foi iniciado, 8.683 estudantes e 728 professores já visitaram a área de proteção ambiental.

Já Programa de Recomposição de Áreas Mineradas garantiu, em 2015, o plantio de 108.330 mudas (totalizando 1.552.765 desde o início do programa). Com isso foram recuperados no ano 36,51 hectares, completando um total de 521,75 hectares recompostos. Dez famílias da zona rural do município de Mataraca são diretamente envolvidas na produção de mudas nativas, atividade que promove geração de renda. Essas famílias em 2015 foram responsáveis por 88% da quantidade de mudas demandada pelo programa.

O Programa de Reuso de Águas de Processo obteve novo recorde em 2015 e garantiu a reutilização de 93,8% dos efluentes das plantas úmidas de beneficiamento. Essas águas foram direcionadas para manutenção do nível do lago operacional do Complexo Draga, representando uma redução de 11% de captação de água "nova" do manancial responsável pelo abastecimento da mina, o rio Guajú.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da CRISTAL PIGMENTOS DO BRASIL S.A., abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam a análise das Demonstrações Financeiras tomadas em seu conjunto, do Relatório Anual da Administração, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015, e com base nas análises efetuadas, nos esclarecimentos prestados pela Administração, considerando ainda, o relatório sem ressalvas sobre as demonstrações financeiras dos Auditores Independentes Ernst & Young, datado de 17 de março de 2016 e seus esclarecimentos, concluíram que os documentos acima, em todos os seus aspectos relevantes, estão adequadamente apresentados, considerando as observações apresentadas na Ata e opinam pelo seu encaminhamento para deliberação em Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas.

ENCERRAMENTO. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião da qual se lavrou esta ata, que foi lida, aprovada e assinada por todos os Conselheiros presentes.

Camaçari - BA, 17 de março de 2016.

Hélio Botelho Pinto da Silva

João Roberto S Paixão

Massao Fábio Oya

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 e 2014

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Prejuízo do exercício	(20.908)	(51.613)	(20.908)	(51.613)
Outros resultados abrangentes				
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para resultado do exercício em períodos subsequentes:				
Efeito de imposto de renda				
Outros resultados abrangentes não reclassificados para resultado do exercício em períodos subsequentes:				
Efeito de imposto de renda	(7)		(7)	
Total dos resultados abrangentes do exercício, líquido dos impostos	(20.915)	(51.613)	(20.915)	(51.613)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

>>> continuação

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2015	2014	2015	2014			2015	2014	2015	2014
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	26.522	8.787	44.886	22.804	Fornecedores		9.300	10.622	12.060	12.611
Títulos e valores mobiliários		2.554	-	2.554	-	Empréstimos e financiamentos	11	77.141	38.640	88.780	39.250
Contas a receber de clientes	6	83.265	64.749	96.154	69.736	Salários e encargos sociais		13.493	13.782	16.381	16.118
Dividendos a receber	9	25.307	8.771	-	-	Impostos, taxas e contribuições	12	4.278	4.245	12.912	11.602
Estoques	7	109.977	101.187	223.876	180.375	Partes relacionadas	18	86.432	51.317	9.903	7.160
Tributos a recuperar	8	2.140	2.391	7.960	2.470	Dividendos a pagar	15	5.669	5.672	5.669	5.672
Partes relacionadas	18	14.212	8.949	10.850	24.000	Provisões	13	331	393	331	393
Outros ativos		2.048	2.518	2.350	2.752	Outros passivos		7.208	9.105	7.407	9.280
		<u>266.025</u>	<u>197.352</u>	<u>388.630</u>	<u>302.137</u>			<u>203.852</u>	<u>133.776</u>	<u>153.443</u>	<u>102.086</u>
Não circulante						Não circulante					
Tributos a recuperar	8	310	2.398	590	2.873	Empréstimos e financiamentos	11	431	859	787	962
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	3.996	-	21.579	21.624	Impostos, taxas e contribuições	12	896	6.167	896	6.167
Depósitos judiciais	13	4.240	5.308	4.913	6.124	Provisões	13	8.574	4.747	14.407	11.736
Créditos diversos	22	-	22.238	-	22.238	Gastos para recuperação da mina	14	-	-	50.854	37.724
Investimentos	9	167.074	159.750	1	-			<u>9.901</u>	<u>11.773</u>	<u>66.944</u>	<u>56.589</u>
Imobilizado	10	113.348	120.173	145.593	164.990	Patrimônio líquido	15	<u>162.505</u>	<u>162.505</u>	<u>162.505</u>	<u>162.505</u>
Intangível		665	1.150	986	1.509	Capital social		180.731	181.896	180.731	181.896
		<u>289.633</u>	<u>311.017</u>	<u>173.662</u>	<u>219.358</u>	Reservas de capital		13.272	18.419	13.272	18.419
Total do ativo		<u>555.658</u>	<u>508.369</u>	<u>562.292</u>	<u>521.495</u>	Outros resultados abrangentes		(7)	-	(7)	-
						Prejuízos acumulados		(14.596)	-	(14.596)	-
								<u>341.905</u>	<u>362.820</u>	<u>341.905</u>	<u>362.820</u>
						Total do passivo e do patrimônio líquido		<u>555.658</u>	<u>508.369</u>	<u>562.292</u>	<u>521.495</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**

(Em milhares de reais)

	Reservas de capital					Reservas de lucros					Outros resultados abrangentes	Total
	Capital social	Ágio na integralização de ações	Correção monetária especial	Isenção e redução de imposto de renda	Legal	Isenção e redução de imposto de renda	Especial para dividendos	Para aumento de capital	Dividendos adicionais propostos	Prejuízos acumulados		
Saldos em 31 de dezembro de 2013 (reclassificado)	162.505	22.791	21.633	136.307	10.324	8.260	975	51.638	7.016	-	-	421.449
Aprovação dos dividendos adicionais propostos									(7.016)			(7.016)
Prejuízo do exercício										(51.613)		(51.613)
Destinação proposta: Realização de reserva								(51.613)		51.613		
Saldos em 31 de dezembro de 2014 (reclassificado)	<u>162.505</u>	<u>22.791</u>	<u>21.633</u>	<u>136.307</u>	<u>10.324</u>	<u>8.260</u>	<u>975</u>	<u>25</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>362.820</u>
Reversão da reserva (15 c) ii)						(6.312)				6.312		
Prejuízo do exercício										(20.908)	(7)	(20.915)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	<u>162.505</u>	<u>22.791</u>	<u>21.633</u>	<u>136.307</u>	<u>10.324</u>	<u>1.948</u>	<u>975</u>	<u>25</u>	<u>-</u>	<u>(14.596)</u>	<u>(7)</u>	<u>341.905</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Receitas				
Vendas brutas de produtos	441.910	367.825	558.577	482.598
Outras receitas	2.603	1.450	3.012	1.867
	<u>444.513</u>	<u>369.275</u>	<u>561.589</u>	<u>484.465</u>
Insumos adquiridos de terceiros	<u>(275.455)</u>	<u>(241.530)</u>	<u>(262.918)</u>	<u>(259.343)</u>
Valor adicionado bruto	<u>169.058</u>	<u>127.745</u>	<u>298.671</u>	<u>225.122</u>
Depreciação e amortização	(23.932)	(27.151)	(56.457)	(40.619)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	<u>145.126</u>	<u>100.594</u>	<u>242.214</u>	<u>184.503</u>
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado da equivalência patrimonial	32.631	38.804	-	-
Receitas financeiras	6.765	5.588	9.608	7.487
Outras receitas	1.116	140	1.116	140
	<u>40.512</u>	<u>44.532</u>	<u>10.724</u>	<u>7.627</u>
Valor adicionado total a distribuir	<u>185.638</u>	<u>145.126</u>	<u>252.938</u>	<u>192.130</u>
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e encargos	86.999	80.493	107.732	98.153
Salários e encargos	65.635	58.774	80.246	70.173
Outros benefícios	16.789	17.542	22.609	23.201
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço	4.575	4.177	5.447	4.779
Impostos, taxas e contribuições	82.620	113.079	119.193	137.495
Federais	39.243	70.267	64.225	85.880
Estaduais	43.015	42.224	52.700	48.835
Municipais	362	588	2.268	2.780
Financiadores	36.927	3.167	46.921	8.095
Juros e variações cambiais	35.268	1.493	42.550	3.906
Aluguéis	1.659	1.674	4.371	4.189
Outras	-	-	-	-
Prejuízo do exercício	(20.908)	(51.613)	(20.908)	(51.613)
Valor adicionado distribuído	<u>185.638</u>	<u>145.126</u>	<u>252.938</u>	<u>192.130</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 e 2014**

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo antes dos tributos sobre o lucro	(29.592)	(24.876)	(16.556)	(18.782)
Ajuste para reconciliação do resultado do exercício ao caixa gerado pelas atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	23.463	27.151	46.626	40.619
Resultado da equivalência patrimonial	(32.631)	(38.804)	-	-
Juros e variações monetárias, líquidas	715	2.804	7.064	2.827
Receita de processos judiciais	(2.561)	-	(2.561)	-
Valor residual de ativo imobilizado baixado	5.473	2.699	5.945	2.915
Provisão para desvalorização do estoque	9.389	4.999	9.389	4.999
Constituição / (reversão) de provisões, líquidas	4.864	(1.047)	3.708	4.412
	<u>(20.880)</u>	<u>(27.074)</u>	<u>53.615</u>	<u>36.990</u>
Variações nos ativos e passivos operacionais				
Contas a receber de clientes	(18.807)	(24.751)	(26.693)	(24.723)
Estoques	(18.179)	38.874	(52.890)	33.986
Fornecedores	(1.322)	(350)	(6.388)	545
Partes relacionadas	46.797	(10.781)	35.992	(46.002)
Créditos diversos	20.319	-	20.319	-
Obrigações trabalhistas	(289)	444	263	724
Tributos a recolher	835	1.642	2.125	(9.723)
Parcelamento de tributos	(2.049)	(492)	(2.049)	(492)
Outros ativos / passivos	13.549	(2.132)	19.162	(1.681)
Caixa proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	<u>19.974</u>	<u>(24.620)</u>	<u>43.456</u>	<u>(10.376)</u>
Juros pagos	(349)	(979)	(385)	(385)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(92)	(393)	(9.087)	(393)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	<u>19.533</u>	<u>(25.992)</u>	<u>33.984</u>	<u>(11.993)</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Adições ao ativo imobilizado e intangível	(21.626)	(22.411)	(23.285)	(25.018)
Dividendos recebidos	8.768	21.000	(3)	-
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento	<u>(12.858)</u>	<u>(1.411)</u>	<u>(23.288)</u>	<u>(25.018)</u>
Dividendos pagos				
Ingressos de empréstimos e financiamentos	11.490	33.224	12.137	34.168
Amortização de empréstimos e financiamentos	(430)	(118)	(751)	(135)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento	<u>11.060</u>	<u>30.515</u>	<u>11.386</u>	<u>31.442</u>
Variação no caixa e equivalentes de caixa	<u>17.735</u>	<u>3.112</u>	<u>22.082</u>	<u>(5.569)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8.787	5.675	22.804	28.373
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	26.522	8.787	44.886	22.804

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Continua >>>

>>> continuação

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 e 2014

(Em milhares de reais)

Nota	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Operações continuadas				
Receitas	19	349.254	296.066	422.591
Custo de vendas	20	(371.064)	(338.108)	(391.404)
Resultado bruto		(21.810)	(42.042)	31.187
Despesa com vendas	21	(9.213)	(7.965)	(17.552)
Despesas gerais e administrativas	20	(18.535)	(16.473)	(20.279)
Honorários da administração	18	(2.108)	(2.667)	(2.108)
Resultado de equivalência patrimonial	9	32.631	38.804	-
Outras receitas operacionais, líquidas	22	1.957	1.372	2.317
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos sobre o lucro		(17.078)	(28.971)	(6.435)
Receitas financeiras	23	6.765	5.588	9.608
Despesas financeiras	23	(5.920)	(1.750)	(9.784)
Varição cambial, líquida		(13.359)	257	(9.945)
Prejuízo antes dos tributos sobre o lucro		(29.592)	(24.876)	(16.556)
Imposto de renda e contribuição social corrente	16	(92)	-	(9.088)
Imposto de renda e contribuição social diferido	16	8.776	(26.737)	4.736
Prejuízo do exercício		(20.908)	(51.613)	(20.908)
Ações em circulação no final do exercício (em milhares)	15			
Ordinárias		8.127	812.672	
Preferenciais Classe "A"		9.874	987.379	
Preferenciais Classe "B"		5.214	521.449	
Prejuízo básico e diluído por mil ações atribuível aos acionistas da Companhia durante o exercício - R\$				
Ordinárias		(0,009)	(0,022)	
Preferenciais Classe "A"		(0,009)	(0,022)	
Preferenciais Classe "B"		(0,009)	(0,022)	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Informações gerais

A Cristal Pigmentos do Brasil S.A. ("Companhia" ou "Controladora") é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede em Camaçari - BA, controladora integral da subsidiária Cristal Mineração do Brasil Ltda. ("Cristal Mineração" ou "Controlada"), com sede em Mataraca - PB.

A Companhia tem como atividade preponderante a produção e o comércio de produtos químicos, a importação e a exportação de matérias-primas e de produtos industrializados acabados, a participação no capital de outras sociedades e o exercício de atividades relacionadas com seus objetivos. Detalhes adicionais sobre as informações por segmento foram fornecidos na Nota 24 ("Informações por segmento"). A controlada tem por objeto a produção, industrialização e o comércio de minérios em geral, compreendendo pesquisa, lavra, exploração e beneficiamento, importação e exportação, com previsão de exaustão da mina em 2019.

O controle da Companhia é diretamente detido pela sociedade brasileira Millennium Inorganic Chemicals Holdings Brasil Ltda., sendo esta controlada pela Thann Chimie SAS.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis
2.1 Aspectos gerais

O Conselho da Administração da Companhia autorizou a conclusão da preparação dessas demonstrações financeiras em 17 de março de 2016.

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação, e todos os valores demonstrados em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foram preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee ("IFRIC"), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e suas interpretações técnicas ("ICPC") e orientações ("OCPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

As demonstrações financeiras individuais da Companhia, identificadas como "Controladora" ou "Individuais", foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

2.2 Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados e para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia:

a) Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional (o Real) usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

b) Provisão para recuperação ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa, pelo menos anualmente, o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido.

c) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

São utilizadas para a mensuração e reconhecimento de certos ativos e passivos das demonstrações financeiras da Companhia. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, e outros fatores objetivos e subjetivos.

Itens significativos sujeitos a estimativas incluem:

- A seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e ativos intangíveis;
- A provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- A provisão para perdas no estoque;
- A análise de recuperação dos valores dos ativos imobilizados e intangíveis;
- A provisão para recuperação da mina, o imposto de renda e contribuição social diferidos;
- A provisão para contingências; a mensuração do valor justo de instrumentos financeiros;
- As considerações de reconhecimento e mensuração de custos de desenvolvimento capitalizados como ativos intangíveis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas anualmente.

d) Demonstrações do valor adicionado (DVA)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e controlada e sua distribuição durante determinado período e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRSs.

e) Consolidação

A Companhia controla a investida quando está exposta a, ou tem direito, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a investida. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina.

Transações entre empresas, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados.

3. Pronunciamentos novos ou revisados

As normas e interpretações emitidas, mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações financeiras, são apresentadas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas, se aplicável, quando entrarem em vigência.

IFRS 9 Instrumentos Financeiros (Vigência a partir de 01/01/2018)	Tem o objetivo, em última instância, de substituir a IAS 39. As principais mudanças previstas são: (i) todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor justo; (ii) a norma divide todos os ativos financeiros em: custo amortizado e valor justo; e (iii) o conceito de derivativos embutidos foi extinto.
IFRS 15 Receitas de contratos com clientes (Vigência a partir de 01/01/2018)	A nova norma para receitas substituirá todas as atuais exigências para reconhecimento de receitas segundo as IFRS. Adoção retrospectiva integral ou adoção retrospectiva modificada é exigida para períodos anuais iniciados a partir de 1 de janeiro 2018, sendo permitida adoção antecipada. O objetivo é fornecer princípios claros para o reconhecimento da receita e simplificar o processo de elaboração das demonstrações contábeis.
IFRS 16 Arrendamento (Vigência a partir de 01/01/2019)	A nova norma estabelece os princípios, tanto para o cliente (o locatário) e o fornecedor (locador), sobre o fornecimento de informações relevantes acerca das locações de maneira que seja demonstrado nas demonstrações financeiras, de forma clara, as operações de arrendamento mercantil. Para atingir esse objetivo, o locatário é obrigado a reconhecer os ativos e passivos resultantes de um contrato de arrendamento.
Alteração IFRS 11 Acordos conjuntos: Contabilização de Aquisições de Partes societárias (Vigência a partir de 01/01/2016)	A contabilização da aquisição de participação societária em uma operação conjunta na qual a atividade da operação conjunta constitua um negócio, aplique os princípios pertinentes da IFRS 3 para contabilização de combinações de negócios. As alterações não se aplicam quando as partes que compartilham controle conjunto, inclusive a entidade de reporte, estiverem sob controle comum da parte controladora principal. As alterações se aplicam tanto à aquisição da participação final em uma operação conjunta quanto à aquisição de quaisquer participações adicionais na mesma operação conjunta.
Alteração IAS 16 e IAS 38 Esclarecimentos de Métodos aceitáveis de depreciação e amortização (Vigência a partir de 01/01/2016.)	Método de depreciação e amortização deve ser baseado nos benefícios econômicos consumidos por meio do uso do ativo.
Alteração IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28 Entidade de investimento - exceções a regra de consolidação (Vigência a partir de 01/01/2016.)	As alterações no IFRS 10 esclarecem que a isenção da apresentação de demonstrações financeiras consolidadas se aplica a controladora que é uma subsidiária de uma entidade de investimento, quando a entidade de investimento mensura todas as suas subsidiárias ao valor justo. Dentre outros esclarecimentos, fica estabelecido que a entidade que não é de investimento poderá manter, na aplicação da equivalência patrimonial, a mensuração do valor justo por meio do resultado utilizada pelos seus investimentos.
IAS 19 Benefícios a Empregados (Vigência a partir de 01/01/2016)	Essa norma esclarece que a profundidade do mercado de títulos privados em diferentes países é avaliada com base na moeda em que é denominada a obrigação, em vez de no país em que está localizada a obrigação. Quando não existe mercado profundo para títulos privados de alta qualidade nessa moeda, devem ser usadas taxas de títulos públicos. Essa alteração deve ser aplicada retrospectivamente.
IFRS 5 Ativos não circulantes mantidos para venda e operações descontinuadas (Vigência a partir de 01/01/2016)	Esclarece as circunstâncias em que uma entidade mudar um dos seus métodos de alienação para outro não seria considerado um novo plano de alienação, mais sim uma continuação do plano original. Sendo que a entidade reclassifica ativos mantidos para venda para ativos mantidos para distribuição a titulares (e vice-versa) e os casos em que ativos mantidos para distribuição a titulares não atendem mais o critério para manterem esta classificação.
IFRS 7 Instrumentos financeiros: Divulgações	Contratos de serviços geralmente atende a definição de envolvimento contínuo em ativo financeiro transferido para fins de divulgação. A confirmação de envolvimento contínuo em ativo financeiro transferido deve ser feita se suas características atenderem as definições descritas na norma (parágrafos B30 e 42C).
Alteração IAS 1 Iniciativa de divulgação (Vigência a partir de 01/01/2016)	Tem o objetivo de esclarecer: (i) as exigências de materialidade; (ii) itens de linhas específicas nas demonstrações do resultado e de outros resultados abrangentes e no balanço patrimonial podem ser desagregados; (iii) flexibilidade quanto à ordem em que apresentam as notas às demonstrações financeiras; (iv) parcela de outros resultados abrangentes de associadas e empreendimentos controlados em conjunto contabilizada utilizando o método patrimonial.

A Companhia não espera que essas normas produzam impactos relevantes em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

4. Gestão de risco financeiro
4.1 Fatores de risco financeiro
(a) Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia, para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital, a Administração da Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. A Administração da Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. A estratégia da Administração da Companhia é de manter o índice de alavancagem baixo (por volta de 10%). Isto é possível, especialmente por meio de geração de caixa. Qualquer modificação no índice de alavancagem, como mencionado acima, a Companhia reavalia a política de pagamento de dividendos e outros recursos para se ajustar novamente aos níveis de alavancagem desejados.

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Total dos empréstimos e financiamentos e dívidas com partes relacionadas (Notas 11 e 18)	79.123	40.359	91.118	41.252
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	(26.522)	(8.787)	(44.886)	(22.804)
Dívida líquida	52.601	31.572	46.232	18.448
Total do patrimônio líquido	341.905	362.820	341.905	362.820
Total do capital	394.506	394.392	388.137	381.268
Índice de alavancagem financeira	15%	8%	13%	5%

A Companhia não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos especulativos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

(b) Risco de taxa de câmbio

Todas as transações de vendas da Companhia são baseadas em preços cotados em dólar estadunidense. As receitas de vendas de dióxido de titânio da Controladora para o mercado externo representaram 2,61% e 2,16%, respectivamente, do total das receitas de vendas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

O risco associado decorre da possibilidade de a Administração da Companhia vir a incorrer em perdas nas suas receitas de vendas por causa de flutuações nas taxas de câmbio (apreciação da moeda local), que reduzam valores normais faturados. A Administração da Companhia opta por não efetuar operações de proteção cambial "hedge", já que entende que existe um hedge parcial entre as suas operações de compra de matérias-primas também cotadas em moeda norte americana.

Os saldos, cujas transações estão atreladas à variação do dólar estadunidense, estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Clientes no exterior	2.847	2.487	2.924	19.555
Fornecedores no exterior	637	287	637	287
Empréstimos e financiamentos Partes relacionadas	(46.723)	(20.356)	(46.723)	(20.356)
	(9.903)	(1.374)	(9.903)	(1.374)
	(53.142)	(18.956)	(53.065)	(1.888)

Continua >>>

>>> continuação

(c) **Risco de crédito**

A política de vendas da Companhia está intimamente ligada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em seu contas a receber.

(d) **Risco com taxa de juros**

O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as referidas taxas, com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade das mesmas.

(e) **Risco de liquidez**

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento de finanças, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

O excesso de caixa mantido pela Companhia, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer a margem necessária conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela abaixo demonstra os fluxos de caixa não descontados contratados da Companhia e sua controlada, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	Controladora		Consolidado	
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Menos de um ano	Entre um e dois anos
Em 31 de dezembro de 2015				
Fornecedores	9.300	-	12.060	-
Empréstimos e financiamentos	77.141	431	88.780	787
Partes relacionadas	86.432	-	9.903	-
Em 31 de dezembro de 2014				
Fornecedores	10.622	-	12.611	-
Empréstimos e financiamentos	38.640	859	39.250	962
Partes relacionadas	51.317	-	7.160	-

(f) **Análise de sensibilidade**

Apresentamos a seguir, em 31 de dezembro de 2015, análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia, com cenário mais provável (cenário I) segundo avaliação efetuada pela Administração, considerando um horizonte de três meses. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários II e III).

Instrumento/operação	CDI Provável	Risco	Efeito		
			Cenário provável (I)	Cenário II	Cenário III
Aplicação Financeira	14,25%	Baixa do CDI	5.378	4.034	2.689
Efeito total líquido			5.378	4.034	2.689
Risco cambial					
Instrumento/operação	Dólar Provável	Risco	Cenário provável (I)	Cenário II	Cenário III
Clientes no exterior	4,05	Baixa do dólar	110	(630)	(1.369)
Empréstimos e financiamentos e dívidas com partes relacionadas		Alta do dólar	(2.178)	(16.879)	(31.580)
Fornecedor		Alta do dólar	(25)	(190)	(355)
Efeito total líquido			(2.093)	(17.699)	(33.304)

A análise de sensibilidade, supracitada, considera mudanças com relação a determinado risco, mantendo constante todas as demais variáveis, associadas a outros riscos.

4.2 Instrumento financeiro por categoria

Os principais ativos e passivos financeiros reconhecidos pela Companhia e sua controlada são: **Mensurados a valor justo por meio do resultado:** são registrados nessa categoria os instrumentos financeiros adquiridos mantidos para negociação, com o propósito de venda no curto prazo. Esses instrumentos são mensurados ao valor justo. Os equivalentes de caixa são classificados nessa categoria.

Empréstimos e recebíveis: são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável, quando aplicável. Caixa, depósitos judiciais e contas a receber são classificados nessa categoria.

Ativos financeiros disponíveis para venda: são registrados nessa categoria os instrumentos patrimoniais. Esses instrumentos são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados, reconhecidos diretamente em outros resultados abrangentes até a baixa do investimento. Os títulos e valores mobiliários são classificados nessa categoria.

Outros passivos financeiros: são inicialmente mensurados ao valor justo, líquido dos custos da transação e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado usando-se o método da taxa efetiva de juros, sendo as despesas com juros reconhecidas com base no rendimento. Fornecedores e empréstimos e financiamentos são classificados nessa categoria.

São inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

Os instrumentos financeiros registrados no ativo e no passivo têm liquidez imediata ou vencimento em sua maioria, em prazos inferiores a 12 meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, inclusive as taxas de remuneração contratadas, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

	Controladora			
	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Ativos financeiros disponíveis para venda	Total
Ativos financeiros				
31 de dezembro de 2015				
Contas a receber de clientes	-	83.265	-	83.265
Partes relacionadas	-	14.212	-	14.212
Depósitos judiciais	-	4.240	-	4.240
Títulos e valores mobiliários	-	-	2.554	2.554
Caixa e equivalentes de caixa	18.358	8.164	-	26.522
	<u>18.358</u>	<u>109.881</u>	<u>2.554</u>	<u>130.793</u>
Ativos ao valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Ativos financeiros disponíveis para venda	Total	
31 de dezembro de 2014				
Contas a receber de clientes	-	64.749	-	64.749
Partes relacionadas	-	8.949	-	8.949
Depósitos judiciais	-	5.308	-	5.308
Caixa e equivalentes de caixa	5.591	3.196	-	8.787
	<u>5.591</u>	<u>82.202</u>	-	<u>87.793</u>

	Consolidado			
	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Ativos financeiros disponíveis para venda	Total
Ativos financeiros				
31 de dezembro de 2015				
Contas a receber de clientes	-	96.154	-	96.154
Partes relacionadas	-	10.850	-	10.850
Depósitos judiciais	-	4.913	-	4.913
Títulos e valores mobiliários	-	-	2.554	2.554
Caixa e equivalentes de caixa	35.187	9.699	-	44.886
	<u>35.187</u>	<u>121.616</u>	<u>2.554</u>	<u>159.357</u>
Ativos ao valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Ativos financeiros disponíveis para venda	Total	
31 de dezembro de 2014				
Contas a receber de clientes	-	69.736	-	69.736
Partes relacionadas	-	24.000	-	24.000
Depósitos judiciais	-	6.124	-	6.124
Caixa e equivalentes de caixa	19.016	3.788	-	22.804
	<u>19.016</u>	<u>103.648</u>	-	<u>122.664</u>
Outros passivos financeiros	Controladora		Consolidado	
31 de dezembro de 2015				
Empréstimos e financiamentos		77.572		89.567
Partes relacionadas		86.432		9.903
Fornecedores e outras obrigações (a)		54.316		68.797
		<u>218.320</u>		<u>168.267</u>
31 de dezembro de 2014				
Empréstimos e financiamentos		39.499		40.212
Partes relacionadas		51.317		7.160
Fornecedores e outras obrigações (a)		34.816		46.498
		<u>125.632</u>		<u>93.870</u>

(a) Composto por fornecedores, salários e encargos sociais e impostos, taxas e contribuições.

4.3 Hierarquia de valor justo

A Companhia utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente;

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

	Controladora			
	2015	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado				
Aplicações financeiras	18.358	-	18.358	-
Empréstimos e recebíveis				
Contas a receber de clientes	83.265	83.265	-	-
Partes relacionadas	14.212	14.212	-	-
Depósitos judiciais	4.240	4.240	-	-
Caixa e bancos	8.164	8.164	-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda				
Títulos e valores mobiliários	2.554	-	2.554	-
Outros passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	77.572	-	77.572	-
Partes relacionadas	86.432	86.432	-	-
Fornecedores e outras obrigações (a)	54.316	54.316	-	-
Consolidado				
	2015	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado				
Aplicações financeiras	35.187	-	35.187	-
Empréstimos e recebíveis				
Contas a receber de clientes	96.154	96.154	-	-
Partes relacionadas	10.850	10.850	-	-
Depósitos judiciais	4.913	4.913	-	-
Caixa e bancos	9.699	9.699	-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda				
Títulos e valores mobiliários	2.554	-	2.554	-
Outros passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	89.567	-	89.567	-
Partes relacionadas	9.903	9.903	-	-
Fornecedores e outras obrigações (a)	68.797	68.797	-	-

(a) Composto por fornecedores, salários e encargos sociais e impostos, taxas e contribuições.

5. Caixa e equivalentes de caixa

Inclui caixa, saldos positivos e aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas das transações e com risco insignificante de mudança de valor.

6. Contas a receber de clientes

Aprovisão para devedores duvidosos, quando necessária, é constituída com base no histórico de perdas, em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa.

	Controladora	Consolidado
Saldos em 1º de janeiro de 2014	-	-
Constituição de provisão	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	-	-
Constituição de provisão	538	538
Saldos em 31 de dezembro de 2015	<u>538</u>	<u>538</u>

Os saldos de contas a receber, por idade de vencimento, estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
A vencer	77.114	63.678	89.986	67.648
Vencidas:				
Até 30 dias	2.003	815	2.003	2.088
De 31 a 60 dias	1.746	-	1.746	-
De 61 a 150 dias	2.402	256	2.419	-
A partir de 151 dias	538	-	538	-
	<u>83.803</u>	<u>64.749</u>	<u>96.692</u>	<u>69.736</u>

>>> continuação

7. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, não excedendo o seu valor de mercado. Quando aplicável, uma provisão para perdas para estoques de baixa rotatividade, obsoletos ou quando há perspectiva de realização abaixo do custo é constituída.

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Produtos acabados	74.027	62.226	108.230	75.084
Produtos em elaboração	8.245	7.407	82.540	68.626
Matérias-primas	24.835	19.051	24.835	19.051
Importações em andamento	642	1.785	645	1.785
Materiais de suprimento	19.818	18.919	25.216	24.030
Provisão para desvalorização e perdas (a)	(17.590)	(8.201)	(17.590)	(8.201)
	109.977	101.187	223.876	180.375

(a) Refere-se a provisão de itens obsoletos dos estoques de materiais de suprimento e possíveis perdas na realização dos estoques.

A movimentação da provisão para desvalorização e perdas do estoque está demonstrada a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	2015	2014
Saldos em 31 de dezembro de 2013		3.202
Constituição		15.964
Reversão		(10.965)
Saldos em 31 de dezembro de 2014		8.201
Constituição		20.122
Reversão		(10.733)
Saldos em 31 de dezembro de 2015		17.590

8. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços - ICMS (i)	1.746	2.070	2.154	2.624
Imposto de renda - IR e Contribuição Social - CS	350	2.555	5.768	2.555
IRRF a recuperar	248	-	521	-
Outros	106	164	107	164
	2.450	4.789	8.550	5.343
Circulante	2.140	2.391	7.960	2.470
Não circulante (i)	310	2.398	590	2.873

(i) Refere-se ao ICMS diferido quando das aquisições de máquinas e equipamentos, cuja realização não ocorrerá no prazo de 12 meses.

9. Investimentos

Dados da controlada - Cristal Mineração do Brasil Ltda.

	2015	2014
Capital social	111.950	111.950
Quantidade de ações possuídas (em milhares)	11.195	11.195
Participação no capital total	100,00%	100%
Patrimônio líquido	167.074	159.750
Lucro líquido do exercício	32.631	38.804
Incentivo fiscal - Imposto de renda	7.322	8.926

Movimento do investimento

	2015	2014
Saldo no início do exercício	159.750	150.821
Equivalência patrimonial	32.631	38.804
Dividendos	(25.307)	(29.875)
Saldo no final do exercício	167.074	159.750

10. Imobilizado

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição ou construção, incluindo juros capitalizados durante o período de construção dos bens. A depreciação é calculada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens.

	Controladora						Total
	Terrenos	Edificações	Máquinas e equipamentos	Instalações	Obrs em andamento	Outros	
Em 31 de dezembro de 2013	1.017	30.788	61.887	22.985	6.193	4.259	127.129
Adições	-	-	1.433	453	3.962	16.372	22.220
Baixas, líquidas	-	-	(167)	(5)	(963)	(1.564)	(2.699)
Depreciação	-	(3.908)	(15.048)	(6.890)	(631)	-	(26.477)
Transferência entre ativos	-	-	3.485	68	(409)	(3.144)	-
Em 31 de dezembro de 2014	1.017	26.880	51.590	16.611	8.152	15.923	120.173
Adições	-	-	1.091	104	2.944	17.487	21.626
Baixas, líquidas	-	-	(125)	(20)	(2.794)	(2.534)	(5.473)
Depreciação	-	(3.806)	(12.597)	(5.726)	(849)	-	(22.978)
Transferência entre ativos	-	-	10.783	133	1.299	(12.215)	-
Em 31 de dezembro de 2015	1.017	23.074	50.742	11.102	8.752	18.661	113.348
Custo total	1.017	92.354	262.479	144.189	21.979	18.661	540.679
Depreciação acumulada	-	(69.280)	(211.737)	(133.087)	(13.227)	-	(427.331)
Saldo líquido	1.017	23.074	50.742	11.102	8.752	18.661	113.348

	Consolidado						
	Terrenos	Edificações	Máquinas e equipamentos	Instalações	ARO	Outros	Obrs em andamento
Em 31 de dezembro de 2013	4.426	36.763	84.576	33.015	10.781	7.597	5.826
Adições	-	-	2.136	457	-	4.558	17.578
Baixas, líquidas	-	-	(178)	(5)	-	(1.169)	(1.563)
Depreciação	-	(4.746)	(22.000)	(10.032)	(2.260)	(770)	-
Transferência entre ativos	-	-	5.017	190	-	(525)	(4.682)
Em 31 de dezembro de 2014	4.426	32.017	69.551	23.625	8.521	9.691	17.159
Adições	-	-	1.487	104	9.362	3.703	17.992
Baixas, líquidas	-	-	(311)	(97)	-	(2.968)	(2.569)
Depreciação	-	(4.644)	(19.636)	(8.858)	(12.008)	(954)	-
Transferência entre ativos	-	-	12.025	311	-	1.030	(13.366)
Em 31 de dezembro de 2015	4.426	27.373	63.116	15.085	5.875	10.502	19.216
Custo total	4.426	109.114	344.010	180.015	26.508	31.280	19.216
Depreciação acumulada	-	(81.741)	(280.894)	(164.930)	(20.633)	(20.778)	-
Saldo líquido	4.426	27.373	63.116	15.085	5.875	10.502	19.216
Taxas anuais de depreciação		20%	10%	10%	14%	4 a 10%	

A depreciação do exercício alocada ao custo de produção é de R\$21.671 (2014 - R\$24.891) e a despesa é de R\$1.307 (2014 - R\$1.586) na controladora e R\$44.198 (2014 - R\$37.639) e R\$1.902 (2014 - R\$2.169) no consolidado, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2015, as obras em andamento referem-se basicamente a projetos de melhoria da planta industrial (substituição de tanques e agitadores, adição de calcinador químico, melhoria do tanque de alimentação da sulfatação, sistema de polimento de água e melhoria de equipamentos), cujos prazos médios de encerramento estão previstos para o ano de 2016. O custo de recuperação da mina, líquido de exaustão, no valor de R\$5.875 (2014 - R\$8.521), está incluído na rubrica "ARO" no ativo e representa o montante estimado dos gastos a serem incorridos quando do término das atividades de lavra (Nota 14). A exaustão desse custo é calculada com base no tempo estimado de exploração da mina, cujo término é previsto para o ano de 2019.

11. Empréstimos e financiamentos

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Vendor e empréstimos (i)	76.928	38.427	88.473	39.037
Arrendamento mercantil (ii)	644	1.072	1.094	1.175
	77.572	39.499	89.567	40.212
Circulante	77.141	38.640	88.780	39.250
Não circulante	431	859	787	962

	Encargos efetivos financeiros anuais	Controladora		Consolidado	
		2015	2014	2015	2014
Moeda nacional - R\$					
Vendor e empréstimos	100% a 107% CDI	30.205	18.071	41.750	18.659
Arrendamento mercantil	16,02%	644	1.072	1.094	1.197
		30.849	19.143	42.844	19.856

	Encargos efetivos financeiros anuais	Controladora		Consolidado	
		2015	2014	2015	2014
Moeda estrangeira - US\$					
Banco Santander	2,85%	15.177	10.368	15.177	10.368
Banco Bradesco	6,14%	16.756	-	16.756	-
Banco dodo Brasil	3,05%	14.790	9.988	14.790	9.988
		46.723	20.356	46.723	20.356

i. As operações com VENDOR no montante de R\$41.750 possuem os próprios títulos dos clientes como garantia.
ii. A garantia para essas operações, no montante de R\$644 na Controladora e R\$1.094 no Consolidado, são os próprios bens adquiridos (veículos).

A movimentação dos empréstimos e financiamentos a pagar é como segue:

	Controladora	Consolidado
Saldos em 01 de janeiro de 2013	3.542	3.550
Captação	33.224	34.168
Encargos	816	839
Variação cambial	3.014	3.014
Amortização e pagamentos de juros	(1.097)	(1.359)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	39.499	40.212
Captação	11.490	12.137
Encargos	1.036	1.072
Variação cambial	14.561	14.561
Amortização e pagamento de juros	(779)	(1.136)
Operações de vendor, líquido	11.765	22.721
Saldos em 31 de dezembro de 2015	77.572	89.567

12. Impostos, taxas e contribuições

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (a)	1.735	1.066	2.236	1.792
Programa de Integração Social - PIS	208	-	257	-
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	1.214	1.224	1.455	1.611
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.250	1.092	1.434	1.257
Parcelamento de tributos federais (b)	-	6.887	-	6.887
Parcelamento de tributos estaduais	576	-	576	-
Imposto de renda e contribuição social	-	-	7.662	5.826
Outros impostos	191	143	188	396
	5.174	10.412	13.800	17.769
Circulante	4.278	4.245	12.912	11.602
Não circulante	896	6.167	896	6.167

O cronograma de pagamento do não circulante é a seguinte:

	Controladora e Consolidado	
	2015	2014
2016	-	176
2017	686	702
2018	170	702
2019	40	702
2020	-	702
2021 em diante	-	3.183
	896	6.167

(a) ICMS

ICMS - Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia - DESENVOLVE

A Companhia efetuou a quitação antecipada das parcelas vencidas em 2015 referente ao "DESENVOLVE", programa de incentivo da Bahia, aderido em 2011, que permitiu a dilatação do pagamento do ICMS excedente a R\$801 em até 72 meses, acrescidos de 85% da TJLP a.a. A liquidação antecipada, com desconto de 80%, totalizou R\$1.279 (2013 - R\$1.676). O desconto, no montante de R\$3.695, foi registrado como conta redutora da despesa de ICMS no resultado do exercício.

ICMS - Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Industrial - FAIN

O Estado da Paraíba concedeu, através do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Industrial - FAIN, incentivos fiscais para investimento industrial no Estado. A controlada aderiu ao programa e goza de redução de 50,63% do saldo a pagar de ICMS. No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, o valor desse incentivo foi de R\$5.158 (2013 - R\$4.747) e está contabilizado no resultado, como redutor da rubrica "Impostos incidentes sobre vendas".

(b) Parcelamento de tributos federais

A Companhia aderiu ao parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/09 e, em 2011, houve a consolidação dos valores estabelecendo as condições para o parcelamento de débitos tributários federais.

Em 27 de novembro de 2014, a Companhia requereu à Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) a quitação antecipada dos saldos do parcelamento na forma da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 15, de 22 de agosto de 2014. Essa quitação ocorreu através do pagamento de aproximadamente 30% do saldo devedor à vista e o restante através da utilização de prejuízos fiscais e base negativa. Como no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 existia dúvida sobre o atendimento satisfatório por parte da Companhia dos requerimentos exigidos para quitação do débito, o mesmo só foi revertido nas demonstrações financeiras no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, no montante de R\$6.887.

A seguir apresentamos a movimentação do parcelamento, contabilizado na rubrica de impostos, taxas e contribuições, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014:

>>> continuação
13. Provisões

A Companhia e sua controlada discutem judicialmente a legalidade de alguns tributos, bem como se defendem de reclamações trabalhistas, autuações fiscais e previdenciárias na esfera administrativa e judicial e processos cíveis. A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, mantém provisão para as perdas prováveis, consideradas suficiente para fazer face a eventuais perdas contingentes e obrigações previstas em lei, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Trabalhistas	8.574	4.247	10.236	6.175
Cíveis	-	-	484	427
Ambientais	331	893	331	893
Tributárias	-	-	3.687	4.634
	<u>8.905</u>	<u>5.140</u>	<u>14.738</u>	<u>12.129</u>
Circulante	331	393	331	393
Não circulante	8.574	4.747	14.407	11.736
Depósitos judiciais:				
Relacionados às provisões	(4.240)	(5.308)	(4.913)	(6.124)

A movimentação do saldo das provisões para contingências, em 31 de dezembro de 2015 está demonstrada a seguir:

	Controladora				Total
	Trabalhistas (a)	Ambientais (b)	Cíveis (a)	Tributárias (c)	
Saldos em 01 de janeiro de 2013	4.934	1.253	-	-	6.187
Adições/atualizações	998	-	-	-	998
Baixas por reversão	(1.685)	(360)	-	-	(2.045)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	4.247	893	-	-	5.140
Adições/atualizações	5.675	-	-	-	5.675
Baixas por reversão	(1.348)	(562)	-	-	(1.910)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	<u>8.574</u>	<u>331</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>8.905</u>

	Consolidado				Total
	Trabalhistas (a)	Ambientais (b)	Cíveis (a)	Tributárias (c)	
Saldos em 01 de janeiro de 2013	5.256	1.253	427	3.687	10.623
Adições/atualizações	2.626	-	-	947	3.573
Baixas por reversão	(1.707)	(360)	-	-	(2.067)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	6.175	893	427	4.634	12.129
Adições/atualizações	5.981	-	783	-	6.764
Baixas por reversão	(1.920)	(562)	(726)	(947)	(4.155)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	<u>10.236</u>	<u>331</u>	<u>484</u>	<u>3.687</u>	<u>14.738</u>

(a) Os processos de natureza trabalhistas consistem, em sua maioria, de ações ingressadas por ex-empregados da Companhia e de sua controlada e versam sobre pagamento de direitos trabalhistas (verbas rescisórias, horas extras, adicionais de periculosidade e insalubridade), indenizações e responsabilidade subsidiária. As ações de natureza cível concentram-se, em sua maioria, em ações de indenização por danos materiais e/ou morais decorrentes de acidentes.
(b) Refere-se à estimativa dos custos de operação e manutenção de equipamentos constituintes do sistema de remediação ambiental. Do montante total, R\$ 331 (2014 - R\$ 393) serão pagos no curto prazo. Não houve complemento de provisão em 2015. (c) O DNPM - Departamento Nacional de Produção Mineral entrou com um processo contra a Controlada referente a divergência da base de cálculo do CFEM nos exercícios de 2001 a 2009. Em face desse processo, a Controlada constituiu provisão no montante de R\$3.687 (2014 - R\$4.634).

A movimentação do saldo dos depósitos judiciais relacionados às provisões para contingências, em 31 de dezembro de 2015, está demonstrada a seguir:

	Controladora			Total
	Trabalhistas	Cíveis	Total	
Saldos em 31 de dezembro de 2013	3.782	-	3.782	
Adições	1.644	-	1.644	
Baixas	(482)	-	(482)	
Atualização monetária	364	-	364	
Saldos em 31 de dezembro de 2014	5.308	-	5.308	
Adições	146	-	146	
Baixas	(1.624)	-	(1.624)	
Atualização monetária	410	-	410	
Saldos em 31 de dezembro de 2015	<u>4.240</u>	<u>-</u>	<u>4.240</u>	

	Consolidado			Total
	Trabalhistas	Cíveis	Total	
Saldos em 31 de dezembro de 2013	4.189	272	4.461	
Adições	1.657	178	1.835	
Baixas	(482)	(61)	(543)	
Atualização monetária	371	-	371	
Saldos em 31 de dezembro de 2014	5.735	389	6.124	
Adições	217	120	337	
Baixas	(1.801)	(232)	(2.033)	
Atualização monetária	485	-	485	
Saldos em 31 de dezembro de 2015	<u>4.636</u>	<u>277</u>	<u>4.913</u>	

As principais causas com probabilidade de perda possível, motivo pelo qual não foram constituídas as respectivas provisões, referem-se a:

a) **Cláusula Quarta da Convenção Coletiva de Trabalho**
Em setembro de 2001, a Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal - STF, reformando decisão do Tribunal Superior do Trabalho - TST de 16 de dezembro de 1992, restabeleceu o entendimento de que a Lei nº 8.030/90 não alterou a Cláusula Quarta (indexação de salários) da Convenção Coletiva de Trabalho aplicável aos empregados da Companhia e aos das indústrias de produtos químicos para fins industriais de Camaçari, que vigorou de 1º de setembro de 1989 a 31 de agosto de 1990.

Em 19 de abril de 2002 foi publicado o acórdão com a referida decisão, tendo sido interpostos os embargos de declaração, com pedido de efeito modificativo pelo Sindicato Patronal, os quais foram acolhidos, restabelecendo a decisão do TST que declarou inválida a Cláusula Quarta.

Em 14 de maio de 2015 o Supremo Tribunal Federal restabeleceu a decisão que reconhece como válida a indexação dos salários estabelecida pela Cláusula Quarta, no entanto o Sindicato Patronal, em 13 de agosto de 2015, opôs Embargos de Declaração contra esta decisão que se encontra aguardando julgamento.

Como a Companhia possui decisão de mérito a seu favor transitada em julgado em ação coletiva movida pelo Sindicato dos Trabalhadores, os seus assessores jurídicos entendem que, apesar da decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal, o risco é remoto de que haja uma mudança em relação ao julgamento da Companhia. Adicionalmente, os assessores jurídicos classificam como possível o

risco de perda referente a possíveis reclamações trabalhistas individuais por parte dos empregados da Companhia.

b) **Auto de Infração de ICMS**
A Secretária da Fazenda de São Paulo lavrou Auto de Infração contra a Companhia no valor de R\$7.900 em virtude da suposta inadimplência no pagamento de ICMS nos anos de 2007 e 2008 que, julgado parcialmente improcedente, foi reduzido para R\$5.995. Aguarda-se julgamento de recurso por instância administrativa superior. A 4ª Vara da Fazenda Pública de João Pessoa concedeu tutela antecipada em Ação Anulatória ajuizada pela controlada para suspender a exigibilidade do pagamento, no montante de R\$38.000, do Auto de Infração lavrado pela ausência de recolhimento do ICMS sobre a transferência de propriedade de estoques e bens do ativo imobilizado, por meio de integralização de cotas do capital social por parte da empresa autuada.

c) **Garantias**
Como garantias para as contingências acima relacionadas, a Companhia havia oferecido itens de seu ativo imobilizado, a título de penhora, no montante de R\$20.343 no exercício findo em 31 de dezembro de 2014. Esses processos judiciais foram incluídos no parcelamento previsto na Lei nº 11.941/09, os quais foram liquidados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, quando os bens do ativo imobilizado dados como garantia deixaram de ser penhorados.

d) **Créditos contingentes de PIS e COFINS**
Em novembro de 2014, a Companhia teve conhecimento do trânsito em julgado da decisão que julgou procedente a Ação Declaratória, reconhecendo o direito da Companhia de excluir o ICMS da base de cálculo da contribuição ao PIS e da COFINS, bem como de ser restituída, inclusive mediante compensação com outros tributos administrados pela Receita Federal, dos valores indevidamente recolhidos nos 05 (cinco) anos anteriores ao ajuizamento da ação, ocorrido em 26/03/2007, até 31 de dezembro de 2014.

Considerando a complexidade de levantar as informações para se apurar de forma precisa os valores envolvidos, bem como sua devida adequação face às normas existentes, a Administração ao longo de 2015 procedeu à contratação de pareceres técnicos e jurídicos especializados, cujo objetivo foi identificar a metodologia apropriada para apurar corretamente o valor a ser recuperado e fazer valer a materialização do direito reconhecido na decisão judicial transitada em julgado. Como consequência deste trabalho, em dezembro de 2015 foi finalizado o processo para levantamento dos valores que devem ser recuperados entre os anos de 2002 e 2014, sendo apurado o montante de R\$66.392.

Por tratar-se de tese controversa e, como ainda existe risco de contestação dessa sentença por parte da União através da propositura de ação rescisória contra a decisão proferida, a Administração da Companhia está aguardando o desfecho definitivo do processo e o prazo decadencial para registrar o referido crédito nas demonstrações financeiras.

14. Gastos para recuperação da mina
Os custos com recuperação e reflorestamento da área da mina são registrados como parte dos custos destes ativos em contrapartida à provisão que suportar tais gastos.

As estimativas dos custos são contabilizadas levando-se em conta o valor presente das obrigações, descontadas a uma taxa de juros média de mercado para o exercício de 2015 de 8,00% a.a.

As estimativas de custos são revistas a cada dois anos, como também, a consequente revisão de cálculo do valor presente, ajustando-se os valores de passivos já contabilizados, em contrapartida do resultado.

A Controlada, comprometida com a minimização dos impactos ambientais causados por suas operações industriais e de mineração e, em atendimento à legislação e regulamentos ambientais, contratou especialistas externos para reavaliar seus gastos futuros com desmobilização de ativos e restauração de áreas degradadas. A nova avaliação, realizada em abril de 2015, indicou a necessidade de complemento da provisão no montante de R\$9.363 em decorrência da degradação ambiental ocorrida nos últimos dois anos durante a atividade mineradora, o qual foi registrado em contrapartida do ativo imobilizado. O impacto no resultado referente ao ajuste a valor presente da provisão foi registrado em contrapartida da despesa financeira.

	Consolidado
Saldos em 01 de janeiro de 2013	34.818
Ajuste a valor presente	2.906
Saldos em 31 de dezembro de 2014	37.724
Atualização da provisão para recuperação da mina	9.363
Ajuste a valor presente	3.767
Saldos em 31 de dezembro de 2015	<u>50.854</u>

15. Patrimônio líquido

a) **Capital social**
Em 19 de dezembro de 2014, a AGE aprovou o agrupamento da totalidade das ações representativa do capital social da Companhia, efetivado a partir de 19 de janeiro de 2015 na proporção de 100 (cem) para 01 (uma), passando o capital social a ser representado por 23.214.998 (vinte e três milhões, oitocentos e quatorze mil e novecentos e noventa e oito) ações, sendo 8.126.719 (oito milhões, cento e vinte e seis mil, setecentos e dezoito) ações ordinárias, 9.873.790 (nove milhões, oitocentos e setenta e três mil, setecentos e noventa) ações preferenciais de classe "A" e 5.214.489 (cinco milhões, duzentos e quatorze mil e quatrocentos e oitenta e nove) ações preferenciais classe "B", todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2015 e 2014 é de R\$162.505. A composição do capital social por classe (em número de ações) é demonstrada a seguir:

	2015	2014
Ações ordinárias	8.126.719	812.671.900
Ações preferenciais:		
Classe "A"	9.873.790	987.379.000
Classe "B"	5.214.489	521.448.900
	<u>23.214.998</u>	<u>2.321.499.800</u>

As ações preferenciais não têm direito a voto, mas gozam, entre outros direitos, de prioridade quanto a:

* Preferenciais classe "A" - gozam de prioridade na distribuição do dividendo mínimo de 6% ao ano sobre o valor nominal das ações e participação em igualdade de condições com as ações ordinárias e as preferenciais da classe "B" - nos lucros que remanescerem depois do pagamento de igual dividendo de 6% ao ano às ações ordinárias e às ações preferenciais classe "B", e também na distribuição de bonificações em ações decorrentes de correção monetária ou de incorporação de lucros ou reservas ao capital social.

* Preferenciais classe "B" - gozam de prioridade no reembolso do capital, em caso de liquidação, sem prêmio, exercível em relação às ordinárias e, depois de assegurada igual prioridade às ações preferenciais da classe "A", terão todos os demais direitos das ações ordinárias, exceto o voto. As ações preferenciais da classe "B" não poderão ser convertidas em ações ordinárias e, além disso, sem direito a dividendos fixos ou mínimos, a elas não se aplicará o disposto no parágrafo primeiro do artigo 111 da Lei das S.A.

b) **Reserva especial**
i) **Correção monetária especial** (Lei 8.200/91)

Registra a correção monetária especial do ativo imobilizado e será realizada mediante aumento de capital ou compensação de prejuízos.

ii) **Isenção e redução de imposto de renda**
Para o lucro decorrente das operações isentas, conforme benefícios fiscais descritos na Nota 17.a, até 31 de dezembro de 2007, o valor correspondente ao imposto de renda a pagar era debitado no resultado do exercício e creditado na reserva de capital, e somente poderá ser utilizado para aumento de capital ou para absorção de prejuízos acumulados.

c) **Reserva de lucros**
i) **Reserva legal**
Constituída com base na legislação societária, representando 5% do lucro líquido do exercício antes de qualquer destinação, estando limitada a 20% do capital.

ii) **Isenção e redução de imposto de renda**
A partir de 1º de janeiro de 2008, os incentivos fiscais passaram a ser registrados diretamente no resultado, sendo posteriormente, quando do encerramento das demonstrações financeiras anuais, constituídos como "Reserva de Isenção e Redução de Imposto de Renda" no grupo "Reservas de lucros". Em 2015 a Administração efetuou o formulário retroativo a 2010 os seguintes ajustes na apuração do imposto de renda e da contribuição social: a) recálculo da despesa de depreciação fiscal e; b) reclassificação da natureza da subvenção governamental do incentivo fiscal do ICMS (DESENVOLVE) antes classificado como subvenção para custeio para subvenção para investimento. Adicionalmente, houve a regularização do saldo de incentivo fiscal referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2012.

Em consequência do refinamento das apurações fiscais foi apurada uma redução na reserva de incentivo fiscal (lucro da exploração) no montante de R\$ 6.312. Desta forma, a Administração da Companhia está propondo ad referendum a Assembleia dos Acionistas a reversão da reserva de incentivo fiscal no montante de R\$ 6.312 para a conta de prejuízos acumulados.

d) **Reservas estatutárias**
i) **Especial para dividendos**
Essa reserva tem por objetivo absorver os dividendos obrigatórios não distribuídos.
ii) **Para aumento de capital**
Tem por finalidade assegurar adequadas condições operacionais. É constituída com até 90% do lucro líquido do exercício ajustado, não podendo exceder o limite de 80% do capital social.

e) **Dividendos**
A Companhia apresentou prejuízo nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014. Desta forma, não foram distribuídos dividendos aos acionistas.

	Controladora e Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2013	2.006
Pagamento de dividendo referente exercícios anteriores	(3.350)
Dividendos adicionais de exercícios anteriores	7.016
Saldos em 31 de dezembro de 2014	5.672
Pagamento de dividendo referente exercícios anteriores	(3)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	<u>5.669</u>

16. Imposto de renda e contribuição social
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido
A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos, que são calculados e registrados com base nas alíquotas efetivas vigentes na data da elaboração das demonstrações financeiras de acordo com o regime de competência.

Os créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízo fiscal ou base negativa da contribuição social são registrados somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

a) **Reconciliação da despesa (receita) do imposto de renda e contribuição social**
Segue a seguir a reconciliação entre a despesa tributária e o resultado da multiplicação do lucro contábil pela alíquota fiscal local do Brasil (alíquota hipotética) nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Prejuízo antes da tributação	(29.592)	(24.876)	(16.556)	(18.782)
A alíquota fiscal de 34% (2014: 34%)	10.061	8.458	5.629	6.386
Subvenção governamental isenta de imposto	1.256	-	8.778	8.926
Despesas não dedutíveis para fins fiscais:				
Gratificação a diretores	(176)	(363)	(176)	(363)
Resultado de equivalência patrimonial	11.087	13.193	-	-
Outras	(845)	(1.310)	(5.684)	(1.065)

	2015	2014
Ajustes retroativos a 2010 na apuração (Nota 15 (c) (ii))	3.862	- (1.226)
Compensação de prejuízo fiscal	(1.754)	- (1.754)
Ativo fiscal diferido não reconhecido	(18.315)	(19.978)
Baixa de ativo fiscal diferido	-	(26.737)
A alíquota efetiva de (29%) (2014: 107%)*	<u>8.684</u>	<u>(26.737)</u>
		<u>(4.352)</u>
		<u>(32.831)</u>

Corrente (92) - (9.088) (10.119)
Diferido 8.776 (26.737) 4.736 (22.712)

* O fator determinante para a apuração de uma alíquota efetiva de 107% em 31 de dezembro de 2014 é o não reconhecimento de ativo fiscal diferido pela Companhia sobre os saldos de prejuízos fiscais de imposto de renda, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias. A Companhia não reconhece o ativo fiscal diferido uma vez que as atuais provisões de expectativa de realização futura não demonstram lucro tributável em prazo adequado para suportar os referidos créditos.

b) **Imposto de renda e contribuição social diferidos**
A Controladora possui saldo de prejuízos fiscais de imposto de renda, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, cujos créditos tributários acumulados totalizam R\$88.662, sendo que as atuais provisões de expectativa de realização futura não demonstram lucro tributável em prazo adequado para suportar a totalidade dos referidos créditos. Dessa forma, a Companhia registrou créditos apenas no montante de R\$3.996 (2014 - R\$0).

A Controlada possui tributos diferidos ativos no montante de R\$17.583 (2014 - R\$21.624) constituídos sobre diferenças temporárias decorrentes, principalmente, da provisão para recuperação da mina.

As projeções de geração de resultados tributáveis futuros incluem várias estimativas referentes ao desempenho da economia brasileira e mundial, seleção de taxas de câmbio, volume de vendas, preços de vendas, alíquotas de impostos e outros que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais. Como a base tributável do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da estrutura tributária e societária da Companhia e de sua controlada, da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, isenções e incentivos fiscais, e, diversas outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o resultado líquido da Companhia e de sua controlada e o resultado de imposto de renda e contribuição social.

Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como indicativo único de lucros futuros da Companhia e sua controlada.

>>> continuação

A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda diferido durante o exercício, sem levar em consideração a compensação dos saldos é a seguinte:

	Saldos em 31/12/2013	Efeito no resultado	Saldos em 01/01/2014	Efeito no resultado	Saldos em 31/12/2015
Prejuízo fiscal e base negativa	-	-	-	3.996	3.996
Provisão para PLR e bônus	1.149	(1.032)	117	29	146
Provisão para perda em estoque	2.029	(2.029)	-	-	-
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	3.351	(975)	2.376	(393)	1.983
Depreciação	22.128	(12.576)	9.552	(9.158)	394
Provisão para remediação ambiental	8.644	1.284	9.928	5.364	15.292
Variações cambiais	4.558	(4.908)	(350)	143	(207)
Outros	2.478	(2.477)	1	(26)	(25)
Total imposto diferido (líquido)	44.337	(22.713)	21.624	(45)	21.579

O cronograma de realização dos tributos diferidos ativos é o seguinte:

Ano	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
2015	-	-	-	2.625
2016	3.996	-	4.976	2.332
2017	-	-	669	2.170
2018	-	-	669	2.170
2019	-	-	669	2.170
2020 até 2022	-	-	14.596	10.157
	3.996	-	21.579	21.624

17. Subvenções e assistências governamentais

As subvenções e assistências governamentais (incentivos fiscais) são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelo governo. A Companhia tem subvenções estaduais e são registradas como redução de custo no resultado e as federais são lançadas diretamente na linha do imposto de renda durante o período necessário para confrontar com a despesa que a subvenção ou assistência governamental pretende compensar, e, posteriormente, são destinadas à reserva para subvenções de investimentos no patrimônio líquido (reservas de lucros).

(a) Redução de imposto de renda sobre lucro da exploração:

A Companhia possui o direito de redução de 75% do imposto de renda até o ano calendário de 2017 sobre o lucro oriundo da fabricação de dióxido de titânio, considerando uma capacidade instalada de 70.000 t/ano.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Companhia não apurou lucro da exploração.

A controlada possui também o direito a redução de 75% do imposto de renda incidente sobre o resultado das suas operações industriais, até o final de 2022. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a controlada apurou R\$7.322 (2014 - R\$8.926) a abater do montante de IRPJ devido no exercício.

b) Desenvolve - Bahia

A Controladora possui incentivos fiscais de ICMS concedidos pelo Estado da Bahia por meio do Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia - Desenvolve que objetiva a implantação e a expansão de indústrias naquele Estado. A companhia possui o direito ao desconto de 80% por antecipação da parcela incentivada do ICMS até o ano calendário de 2021. Esse incentivo é tratado como redutor dos tributos incidentes sobre as vendas (Nota 19).

c) Fain - Paraíba

A Controlada possui incentivos fiscais de ICMS concedidos pelo Estado da Paraíba por meio do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Industrial - FAIN, que objetiva o desenvolvimento industrial no Estado. A Companhia aderiu ao programa e goza de redução de 50,63% do saldo a pagar de ICMS. Esse incentivo é tratado como redutor dos tributos incidentes sobre as vendas (Nota 19).

18. Partes relacionadas

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Ativo circulante				
Cristal Ltd. (Reino Unido)	153	104	153	104
Cristal Inc. (EUA) (e)	9.744	6.287	9.744	6.287
Cristal Mineração do Brasil Ltda. (d)	3.440	2.017	-	-
Cristal Australind (f)	152	464	152	464
Cristal Switzerland	95	77	173	77
Cristal Australia Bemax (e)	628	-	628	-
Cristal Ltd. (França) (a)	-	-	-	17.068
	14.212	8.949	10.850	24.000
Passivo circulante				
Cristal Ltd. (Reino Unido)	967	653	967	653
Cristal Inc. (EUA) (b)	568	387	568	387
Cristal Arábia Ltd. (a)	16	-	16	-
Cristal Mineração do Brasil Ltda. (a) (c)	76.529	49.943	-	-
Cristal Ltd. (França) (a)	-	-	-	5.786
Cristal Switzerland (a)	8.352	334	8.352	334
	86.432	51.317	9.903	7.160
Resultado (a)				
Cristal Inc. (EUA) (b)	(1.022)	2.593	(1.022)	2.593
Cristal Ltd. (Reino Unido)	(160)	(36)	(160)	(36)
Cristal Mineração do Brasil Ltda. (a) (d) (23.147)	-	-	-	-
Cristal Ltd. (França) (a)	-	-	(3.837)	32.864
Cristal Switzerland (a)	(17.655)	147	(17.655)	147
	(41.984)	2.704	(22.674)	35.568

(a) Compra/venda de produtos inerentes ao objeto social da Companhia, essencialmente pigmento de dióxido de titânio e ilmenita. Os preços são calculados com base no preço médio de produtos iguais ou similares praticado no mercado de destino.

(b) Financiamento intercompany em moeda norte-americana para viabilizar manutenção do fluxo de caixa das atividades operacionais, sem incidência de juros ou encargos.

(c) Contas a pagar com a Cristal Mineração no montante de R\$76.529 (2014 - R\$49.943) decorrentes de compras de ilmenita.

(d) Rateio de despesas, conforme contrato estabelecido entre as partes.

(e) Contas a receber referente ao reembolso de funcionários que estão alocados na folha de pagamentos do Brasil e prestam serviço para as filiais dos Estados Unidos e Austrália.

(f) Adiantamento de dividendos referentes ao exercício de 2013.

As transações com partes relacionadas são efetuadas de acordo com condições pactuadas entre as partes.

Participação nos lucros e resultados

Em 2015, a Companhia distribuiu participação nos resultados aos empregados e administradores no montante de R\$1.405 (2014 - R\$3.584), registrados no resultado nas rubricas de "Custo de produção (das vendas)" no montante de R\$1.348 (2014 - R\$2.605) e de despesas gerais e administrativas no montante de R\$57 (2014 - R\$979).

Remuneração do pessoal chave da Administração

O pessoal-chave da Administração incluiu os conselheiros, diretores e membros do comitê executivo. A remuneração paga ou a pagar pelos serviços desses profissionais é como segue:

	Controladora e Consolidado	
	2015	2014
Diretoria Executiva	1.609	2.289
Conselhos de Administração e Fiscal	499	378
	2.108	2.667

19. Receitas

Reconhecimento da Receita

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização.

As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de "Receitas/despesas financeiras".

Impostos sobre vendas

As receitas de vendas e serviços da Companhia estão sujeitas a impostos e contribuições conforme previstos nas legislações federais, estaduais e municipais. As receitas de vendas estão deduzidas dos referidos impostos. Os créditos são apresentados dedutivamente do custo dos produtos vendidos na demonstração do resultado.

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Vendas brutas				
Mercado Interno	430.776	359.831	520.884	447.527
Mercado Externo	11.134	7.994	11.134	35.071
Impostos incidentes sobre vendas	(82.734)	(64.779)	(99.505)	(80.830)
Descontos, abatimentos e outras deduções	(9.922)	(6.980)	(9.922)	(7.079)
	349.254	296.066	422.591	394.689

20. Custo de vendas e despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Matérias-primas				
Materiais secundários	123.586	130.224	123.586	130.224
Materiais primários	19.362	17.809	19.362	17.809
Materiais de embalagens	3.253	3.110	3.774	3.353
Combustíveis	29.864	27.481	30.897	28.441
Energia Elétrica	13.836	6.667	20.230	12.560
Mão de obra	70.962	58.774	73.246	70.173
Serviços de terceiros	23.713	17.555	23.713	17.555
Depreciação e amortização	23.392	27.151	46.626	40.619
Provisão para perda de estoque (Nota 6)	9.389	4.999	9.389	4.999
Encargos sociais e outros benefícios	28.332	29.902	31.069	37.326
Produtos acabados para revenda (Nota 18)	17.655	-	17.655	-
Outros	26.255	30.909	12.136	33.206
	389.599	354.581	411.683	396.265
Custo de vendas	371.064	338.108	391.404	376.899
Despesas gerais e administrativas	18.535	16.473	20.279	19.366

21. Despesas com vendas

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Frete	6.871	6.941	14.844	17.747
Aluguéis e armazenagem	1.284	620	1.284	620
Despesas portuárias e aduaneiras	37	23	403	1.076
Provisão para devedores duvidosos	538	-	538	-
Outras	483	381	483	381
	9.213	7.985	17.552	19.824

22. Outra receitas operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Receitas processos judiciais (a)	2.561	864	2.561	864
Resultado na venda ativo imobilizado	(646)	305	(530)	637
Outras	47	203	286	203
	1.957	1.372	2.317	1.704

(a) Como parte da ação ordinária ajuizada pela Companhia contra a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás), objetivando a correção monetária integral e o pagamento da diferença de juros e dos valores recolhidos a título de empréstimo compulsório em favor da Eletrobrás, a Companhia recebeu 244.594 ações preferências classe "B". Essas ações ainda se encontram em posse da Companhia e estão classificadas na rubrica de "títulos e valores mobiliários".

23. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Receitas financeiras				
Rendimento sobre aplicações financeiras	1.429	531	2.607	1.709
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	1.030	-	1.030	-
Juros sobre duplicatas	991	438	1.006	474
Atualização de créditos de tributos	1.745	1.617	3.042	1.950
Ajuste a valor presente crédito Eletrobrás	971	2.178	971	2.178
Outras	599	824	952	1.176
	6.765	5.588	9.608	7.487
Despesas financeiras				
Juros e encargos sobre tributos e duplicatas	(2.132)	(1.478)	(2.157)	(1.481)
Juros sobre empréstimos e financiamentos (Nota 11)	(1.290)	(63)	(1.326)	(76)
Atualização provisão recuperação ambiental (Nota 14)	-	-	(3.767)	(2.906)
Reversão AVP - Crédito Eletrobrás	(2.498)	(33)	(2.498)	(33)
Outras	-	(176)	(36)	(199)
	(5.920)	(1.750)	(9.784)	(4.695)
	(461)	3.838	(176)	2.792

24. Informações por segmento de negócios

A Companhia divide seu negócio no segmento de produção e industrialização de dióxido de titânio, realizados pela controlada e no segmento de extração, produção e comercialização dos minérios rutilo, ilmenita e zirconita, realizados pela controlada Cristal Mineração.

As informações por segmento de negócios, revisadas pela Diretoria Executiva e correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, são as seguintes:

(a) Lucro (prejuízo) bruto

	2015		
	Pigmento de titânio	Minérios	Total
Operações continuadas			
Receita líquida	349.254	94.918	444.172
Receita líquida entre segmentos	-	(21.684)	(21.684)
Custo das vendas	(371.064)	(41.921)	(412.985)
Custo das vendas entre segmentos	-	21.581	21.581
	(21.810)	52.997	31.187

	2014		
	Pigmento de titânio	Minérios	Total
Operações continuadas			
Receita líquida	296.066	116.068	412.134
Receita líquida entre segmentos	(338.108)	(56.236)	(394.344)
Custo das vendas entre segmentos	(42.042)	59.832	17.790

(b) Receita por cliente

(i) Pigmento de Titânio

	2015		2014	
	Receita	%	Receita	%
Grupo BASF	59.374	17%	44.410	15%
Grupo CROMEX	55.881	16%	47.371	16%
Grupo AKZO	34.926	10%	35.528	12%
Grupo Switzerland	17.655	5%	-	-
Grupo ALPARGATAS	10.757	3%	11.843	4%
Grupo ESTILOQUIMICA	3.493	1%	8.882	3%
Outros	167.168	48%	148.032	50%
	349.254	100%	296.066	100%

(ii) Minérios

	2015		2014	
	Receita	%	Receita	%
Millennium Inorganic Chemicals (França)	-	0%	48.748	42%
Colorobbia Brasil Produtos para Cerâmica	5.695	6%	5.803	5%
Endeka Ceramics	5.799	6%	5.803	5%
Cristal Pigmentos do Brasil S.A.	26.586	28%	45.266	39%
Unimin do Brasil	1.898	2%	1.161	1%
Eurocol Ind. e Com. de Zircó	-	0%	580	1%
Tredbr	3.901	4%	5.803	5%
Outros	51.039	54%	2.904	2%
	94.918	100%	116.068	100%

(c) Receita por produto

(i) Pigmento de Titânio

	2015		2014	
	Receita	%	Receita	%
Pigmento de titânio	349.254	100%	296.066	100%
	349.254	100%	296.066	100%

(ii) Minérios

>>> continuação

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS****Aos Acionistas e Diretores da
Cristal Pigmentos do Brasil S.A.
Camaçari - BA**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Cristal Pigmentos do Brasil S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o

auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Cristal Pigmentos do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Outros assuntos**Demonstrações do valor adicionado**

Examinamos, também, as demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Salvador, 17 de março de 2016.

ERNST & YOUNGAuditores Independentes S.S.
CRC-2 SP 015199/F-6
Shirley Nara S. Silva
Contadora CRC-1BA 022.650/O-0**DECLARAÇÃO**

Pelo presente instrumento, os Diretores e os Administradores da CRISTAL PIGMENTOS DO BRASIL S.A., sociedade por ações de capital aberto, com sede BA.099, KM 20 – Centro – Abrantes – Camaçari, Bahia, inscrita n CNPJ sob nº 15.115.504.0001-24, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da Ernst & Young, relativamente às demonstrações financeiras da Cristal referente a 2015, e

(ii) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Cristal referentes a 2015.

Camaçari, 17 de março de 2016.

Paulo Roberto Dantas Oliveira
Diretor**Ciro Mattos Marino**
Diretor**DIRETORIA****Ciro Mattos Marino**
Diretor**Paulo Roberto Dantas Oliveira**
Diretor**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO****Ciro Mattos Marino****Alejandro Hernan Tochilovsky****Viktor Maximiliano Augusto dos Santos Veras****Jorge Michel Lepeltier****CONSELHO FISCAL****Massao Fábio Oya****João Roberto Sena da Paixão****Hélio Botelho Pinto da Silva****CONTADORA****Jaciara da Silva Almeida**

CRC-BA 017445-O/8 - CPF 411.143.965-91